TL 310

QXW475/92PT
PERGUNTA ESCRITA nº 475/92
do Deputado Sérgio RIBEIRO (CG) 07.02.92
à Comissão

Objecto: MNE da Indonésia recebido pela Comissão

Na sua viagem pela Europa neste começo de Fevereiro de 1992, numa operação diplomática que pretende atenuar os efeitos da política de massacres e genocídio do povo de Timor-Leste, entendeu a Comissão recebê-lo, pelos seus vice-presidentes Andriessen e Matutes.

Decerto que, nessa decisão, a Comissão entrou em conta com a resolução do Parlamento Europeu de 21 de Novembro de 1991 e do Conselho Europeu de 3 de Dezembro.

Assim sendo, pergunto, concretamente, como reagiu o MNE indonésio à comunicação da decisão do embargo à venda de armas, de rever os acordos de cooperação enquanto não se verificar uma mudança na situação e, decerto também, quanto a insatisfação relativamente ao inquérito sobre os acontecimentos de 11 de Novembro de 1991, reiterando a solicitação da "realização imediata de um inquérito completo, imparcial e sob supervisão internacional acerca dos referidos assassínios"?

QXW0475/92PT
Resposta dada pelo Comissário Matutes
em nome da Comissão
(2 de Julho de 1992)

Nas Declarações da CE de 3 de Dezembro de 1991 e 13 de Fevereiro de 1992, a Comunidade e os seus Estados-membros reiteraram a sua condenação das acções injustificáveis das forças armadas da Indonésia.

A Comissão mantém a sua preocupação sobre os trágicos acontecimentos verificados em 12 de Novembro de 1991 e continua a acompanhar de muito perto a evolução da situação em Timor Leste.

A Comissão considera encorajadora a resposta imediata que o relatório da Comissão Nacional de Investigação obteve das altas autoridades indonésias e nomeadamente a sua crítica das acções das forças armadas e a decisão de demitir os dois comandantes responsáveis pelo massacre.

A Comissão acolheu com satisfação o envolvimento das Nações Unidas neste processo e a nomeação de Amos Wako, na qualidade de representante pessoal do Secretário-Geral das Nações Unidas, para efectuar uma visita à Indonésia e a Timor Leste com o objectivo de obter uma clarificação dos trágicos acontecimentos de Novembro de 1991.

Além disso, na sua 48a Sessão realizada em 4 de Março de 1992, no âmbito das Nações Unidas em Genebra a Comissão dos Direitos Humanos solicitou ao Governo da Indonésia que facilitasse o acesso a Timor Leste a outras organizações humanitárias assim como a organizações de direitos humanos.

No decurso da sua visita à Europa, em Fevereiro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Alatas, considerou os acontecimentos verificados em Novembro em Timor Leste um trágico acidente, tendo salientado as acções previstas pelas autoridades indonésias para evitar uma nova ocorrência deste tipo de incidente enquanto que o Conselho Militar analisa a possibilidade de acção judicial contra os elementos das forças armadas considerados responsáveis.

O Ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros confirmou a vontade da Indonésia em cooperar com o representante do Secretário-Geral, Wako, em domínios relativos aos direitos humanos.

O Comissário Matutes afirmou que os acontecimentos verificados em Novembro último tiveram um impacto considerável na opinião política assim como no Parlamento Europeu.

Sugeriu que a Indonésia poderia melhorar a situação através da prossecução das acções iniciadas, do respeito total dos direitos das pessoas encarceradas assim como facilitando a investigação efectuada para identificar os mortos.

O Comissário Matutes insistiu na necessidade de prosseguir o diálogo sobre os direitos humanos e de obter, de modo construtivo, uma resolução da situação sob os auspícios das Nações Unidas.

O Comissário Matutes expressou ainda a sua esperança de que a Indonésia aceite muito em breve um diálogo com Portugal sob os auspícios das Nações Unidas.